

ANTI FA

**O MANUAL
ANTIFASCISTA**



MARK BRAY

© Autonomia Literária, para a presente edição.

Copyright © 2017 by Mark Bray

First published in the United States by Melville House Publishing.



Coordenação editorial

Cauê Seignemartin Ameni, Hugo Albuquerque e Manuela Beloni

Tradução

Guilherme Ziggy

Revisão

A. Tajra

Preparação

Cauê Seignemartin Ameni

Capa

Marina Drukman

Diagramação

Manuela Beloni

Para os Judeus de Knyszyn,
Polônia

***“O FASCISMO NÃO É PARA SER DEBATIDO,
É PARA SER DESTRUÍDO!”***

– BUENAVENTURA DURRUTI

Prefácio à edição brasileira

BATER ONDE DÓI... E COM FORÇA!

por Acácio Augusto¹ e Matheus Marestoni²

A dúvida reina no espírito dos homens, pois nossa civilização treme em suas bases.

As instituições atuais não mais inspiram confiança (...). O mundo não sabe como sair disso. O parlamentarismo e a democracia periclitam e alguns creem encontrar a salvação optando pelo fascismo ou outras formas de governos “fortes”. (...) Não é mais questão de saber se a ditadura é preferível à democracia, se o fascismo italiano é superior ou não ao hitlerismo. Uma questão muito mais vital se nos apresenta:

o governo político, o Estado, é proveitoso à humanidade?

Qual é sua influência sobre o indivíduo?

Emma Goldman, 1940

Ao abrir este livro, não espere uma linha de neutralidade. Não há neutralidade possível quando o assunto é lutar contra o fascismo. Engana-se também quem pensa que, por isso, se trata apenas de um libelo panfletário. Seu autor, Mark Bray (1982), é historiador de profícua produção universitária e professor de História Moderna no Dartmouth College, uma instituição com mais de 250 anos, localizada na cidade de Hanover, EUA. Bray formou-se militante anarquista no ambiente das lutas anticapitalistas do movimento antiglobalização, ou movimento por justiça global, do final do século passado e começo dos anos 2000. É integrante da *Industrial Workers of the World* (IWW) e foi ativo participante nos grupos *Press Working Group* (WG) e *Direct Action* (DA) que ajudaram na organização, em 2011, do *Occupy Wall Street* (OWS), em Nova York. Movimento sobre o qual Mark Bray fez seu doutorado, um estudo que expõe as formas de organização e modos de ação no OWS estando próximos das práticas anarquistas como a autogestão e a ação direta. Para a realização desse trabalho ele entrevistou quase 200 participantes do OWS, o que permitiu ir além das interpretações mais superficiais e estereotipadas veiculadas na grande mídia sobre o movimento dos 99% contra o 1% que se prostrou em frente ao principal centro financeiro do planeta. Em 2013, parte de seu estudo sobre o *Occupy* foi publicado na forma de livro pela Zero Books com o título *Translating Anarchy*.

The Anarchism of Occupy Wall Street. São mais de 300 páginas de uma rica discussão sobre a relevância da anarquia hoje e sobre as diferenças entre os anarquistas. Bray se posiciona muito próximo ao contemporâneo David Graeber, além de oferecer uma boa análise sobre o papel da tática *black bloc* no OWS, classificada por alguns progressistas estadunidenses como “câncer de *Occupy*” (qualquer semelhança com algumas leituras da esquerda sobre junho de 2013 no Brasil não é mera coincidência). Seja como pesquisador ou como militante anarquista (o abandono da neutralidade implica não separar essas coisas), Bray sabe muito bem sobre o que escreve, de qual perspectiva escreve e contra qual inimigo sua escrita se direciona como alvo. E ele bate bem! Mesmo que um ou outro leitor diga, com certa razão, que ele poderia bater melhor.

Lançado originalmente em inglês, em 2017, *Antifa - O Manual Antifascista* é, nas palavras do próprio autor, um livro que almeja deixar de ser necessário. Mas também é um livro que nasceu de uma urgência: o crescimento da *alt-right* no planeta e a eleição de Donald Trump nos EUA. Embora feito a partir de 71 entrevistas em 17 países da América do Norte e da Europa e escrito a partir de vasto referencial bibliográfico, o livro não se pretende uma história definitiva do antifascismo. Trata-se de um esforço inicial que convida o leitor, militante e pesquisador, a ampliar suas análises, conclusões e proposições, seja em seu escopo geográfico, seja em sua amplitude de ações e interpretações. Seus seis capítulos, que atravessam todo século XX e início do século XXI, concluem que o antifascismo é uma resposta radical, urgente e necessário ao crescimento da extrema direita no mundo. Não se trata, como muitos querem fazer crer, de uma excentricidade derivada da subcultura do punk e de gangues que gostam de beber e brigar. Mais do que isso, a luta antifa é um conjunto de práticas e saberes que, ao se lançar em ação direta contra toda e qualquer pessoa, grupo, conduta ou ação que remeta ao fascismo (numa concepção atualizada do termo), impede que este volte a se tornar dominante e majoritário, como foi no período do entre guerras europeu na primeira metade do século XX.

Mark Bray rejeita a conceptualização histórica que visa limitar o fascismo a um período e a um regime político que se esgotou ao final da Segunda Guerra Mundial. Para ele, o fascismo é entendido

como um movimento trans-histórico de práticas de extrema-direita que combinam o nacionalismo, a supremacia branca e a misoginia. Desse modo, ao destrinchar as características de tais práticas na contemporaneidade, se insere no campo de batalhas contra as práticas fascistas no presente e em suas formas variadas e dissimuladas. O que faz deste livro um esforço para conhecer seu inimigo, saber como ele age e como se organiza. Ao mesmo tempo, trata-se de um livro que apresenta as táticas usadas para combatê-lo, proposições de ação que valorizam a pluralidade de táticas e que não se resumem ao confronto físico, mesmo sem descartá-lo nem mesmo repudiá-lo. Evita-se a confortável posição da crítica que mira combater o fantasma do fascismo do século XX, algo que, em sua configuração histórica, já não existe. Evita-se também cair no erro de apostar na razão pública ou na solidez das instituições democráticas como freios suficientes para conter os desejos fascistas da massa ou a disseminação de políticas do ressentimento.

Quando se trata de lutar contra o fascismo que hoje graceja no planeta, é preciso saber a especificidade das forças em luta para que os movimentos antifascistas consigam tanto praticar a autodefesa, quanto “atingir onde dói”. Da mesma forma que é preciso saber quem se combate, como se combate e quais táticas lançar mão em cada situação específica. Nesse sentido, este livro é também um excelente panorama (e desde já referência) acerca do crescimento da extrema-direita (autodenominada alt-right e/ou etnonacionalismo) pelo planeta e, conseqüentemente, munição e fonte de diversidade de táticas para os grupos antifascistas que a combatem abertamente onde quer que ela se apresente. Não é à toa que junto a esta edição em português, já circulam edições em francês e espanhol por diversos países. A ameaça fascista nunca esteve tão presente no planeta quanto nos últimos 10 anos, momento no qual os grupos de extrema direita vocalizam frustrações e ressentimentos da população como resposta às políticas de austeridade (saneamento financeiro somado ao incremento da violência institucional) oferecida pelos Estados europeus como resposta à crise de 2008.

Uma parte do livro, mais especificamente excertos do capítulo quatro (“Cinco lições históricas para antifascistas”), já circulou entre os leitores brasileiros no site da Revista Serrote. No entanto,

sua edição integral agora nessas bandas, infelizmente, não poderia ser mais oportuna. As manifestações fascistas no Brasil hoje tornaram-se cada vez mais regulares, evidentes e normalizadas por uma ladainha que insiste em acreditar na capacidade reguladora das instituições democráticas. Basta checar no livro os pontos que, antes de tratar do fascismo contemporâneo, ressaltam no fascismo histórico o que interessa para os dias de hoje: os fascistas ocuparam o governo por vias legais e democráticas; as lideranças políticas e os teóricos demoraram a levar a sério a ameaça fascista; os dirigentes de esquerda foram mais lentos que suas bases em contra-atacar a ameaça fascista; o fascismo se valeu da apropriação de estratégias e do imaginário de esquerda para seduzir as massas; por fim, não são necessários muitos fascistas para que a intensificação do terror de Estado (marca distintiva do fascismo como regime político) se instale como governo. Podemos acrescentar, escorados na própria pesquisa do livro, que só os anarquistas combatem o fascismo até o final, pois há indícios históricos suficientes para afirmar que o fascismo é sempre uma virtualidade presente em qualquer Estado moderno. A despeito da ladainha liberal com sua teoria da ferradura, fascistas e anarquistas são inimigos de morte.

No entanto, o fascismo contemporâneo, alvo dos movimentos que ele chama de “antifa moderna (1945-2003)”, ao apresentá-los no capítulo dois como oriundos dos movimentos autonomistas e anarco-punks na Europa, configura-se como conduta regular e cotidiana de cidadãos em suas manifestações racistas, (neo)nacionalistas ou etno-nacionalistas, misóginas e islamofóbicas. Essas condutas encontram hoje organização político-partidária e expressão pública em partidos como o *Aurora Dourada* na Grécia e movimentos como o PEGIDA na Alemanha, compondo o que acertadamente é chamado no capítulo três de “nazistas engravatados” e suas celebridades como Milo Yiannopoulos e Steve Bannon. Sujeitos que se o leitor não conhece, terá o desprazer de conhecer lendo este livro.

Nesse sentido, o capítulo cinco, “Quem tem medo da esquerda tolerante: ‘nenhum palanque’ e liberdade de expressão”, embora breve, traz uma comprometida e bem fundamentada análise sobre a importância de não deixar os fascistas falarem. Refuta de forma

consistente o absolutismo hipócrita dos liberais com o valor moral da liberdade de expressão e, do ponto de vista da tática de luta, alerta que “um antirracismo ‘passivo’ é tudo que os supremacistas brancos querem”. Frase que ganha dimensão enorme no Brasil, o último país a abolir a escravidão nas Américas e versado historicamente no racismo dissimulado. No final deste mesmo capítulo há uma reflexão sobre o antifascismo nas universidades, ele se encerra com um alerta que fazemos questão de reproduzir aqui como coro a ser ouvido pelas universidades brasileiras: “lutar contra a violência da supremacia branca nos campi exige que nossos movimentos empurrem as instituições de ensino para abraçar aberta e inequivocamente o antirracismo”. Não basta se dizer pluralista e livre de preconceitos, é preciso ser abertamente antirracista, do contrário se colabora, mesmo que passivamente, com os racistas e o crescimento do fascismo contemporâneo e suas formas dissimuladamente midiáticas e taticamente embasadas em liberdades democráticas como o pluralismo e a sacrossanta liberdade e expressão.

Neste ponto é preciso retomar o que foi indicado acima: este livro centra sua atenção nas experiências da América do Norte e da Europa. Sua leitura exige a todo tempo pensar no combate ao fascismo em outros territórios e, para isso, é necessário conhecer a singularidade de cada contexto. No Brasil, por exemplo, muito tem se debatido nos últimos meses sobre Jair Bolsonaro ser ou não fascista. Todavia, a denominação é a que menos importa, pois sabemos que, no limite, o fascismo é a última razão de qualquer política de Estado. Além disso, no caso do recém-eleito presidente do Brasil, ele apenas expressa e vocaliza questões comuns que características próprias da sociedade brasileira média: a misoginia, o racismo tropical e o nacionalismo ridículo submisso à influência dos EUA nos países da América do Sul. Então, Bolsonaro é um fascista e o bolsonarismo é uma versão tropical da *alt-right* planetária, para além das ligações familiares com o próprio Steve Bannon. A diferença, que torna tudo mais preocupante, é que sua eleição deu forma política-institucional a esse fascismo tropical, além de operar um dispositivo de mobilização computo-informacional via redes sociais digitais. Esses dois fatores potencializam as históricas tecnologias de extermínio de pretos e pobres tão comuns por aqui desde o processo de colonização.

Essas especificidades da história e do presente no Brasil, entregam ao leitor desse livro dois desafios: 1) compreender o que é a luta antifascista no Brasil, sabendo que o antirracismo possui uma dimensão gigantesca e decisiva para que o fascismo opere; 2) buscar uma diversidade de táticas que obstrua, inclusive fisicamente, os fascistas, mas que também possa ampliar a capacidade de convencimento dos argumentos antifascistas, para que se faça recuar da cena pública as expressões de racismo e misoginia que alimentam o fascismo tropical. Sabemos que a luta antifascista ao sul do Equador, o que inclui não apenas o Brasil, possui uma história que se aproxima e se distancia da história de outras regiões do planeta. Sendo assim, não há como transpor as experiências de outros locais para compreender o contexto brasileiro e suas lutas, pois existem especificidades na configuração dos governos e dos próprios movimentos de resistência a eles. Mas isso seria tarefa para um manual do antifascismo tropical, algo que está além de nosso alcance em uma mera apresentação que tem a pretensão de não esgotar o leitor.

No entanto, fica o registro de que, desde a redemocratização, há toda uma história da luta antifascista que passa pelos punks e pelos anarco-punks que enfrentavam com músicas, zines e com os punhos o fascismo que grassava por essas bandas, já em suas formas contemporâneas. Inclusive com as especificidades regionais, como a hostilidade violenta de *skinheads* no sul e no sudeste do país contra negros, nordestinos e gays. Um bom exemplo disso é projeto iniciado nos primeiros anos da década de 1990, A.C.R. (Anarquistas Contra o Racismo), cuja história é possível ler na internet.³

A principal posição a ser extraída desse manual antifa aparece em seu capítulo final. A luta antifascista compreende uma diversidade de táticas e formas de ação que deve ter a generosidade de incorporar diferentes formas e disposições para estar nela, do contrário pode-se reduzir os grupos antifa a tropas especializadas para bater em fascistas ou grupos masculinizados que vivem do fetichismo da violência e do ganguismo puro e simples, o risco sempre presente entre os militantes oriundos do movimento punk. Crítica que muitos antifas, da Europa e dos EUA, entrevistados por Bray colocam, especialmente as militantes

antifa (feministas antifascistas), altamente versadas em táticas de autodefesa adquiridas em aulas de artes marciais voltadas ao combate dos fascistas. Olhar para o uso da violência de uma perspectiva anti-moralista implica também não glorificá-la, nem torná-la, como tática, num fim em si mesmo. Mesmo porque, em muitos lugares os democratas juramentados e os articulistas liberais, usam da necessária tática de autodefesa usada pelos antifa e antifa para igualá-los aos fascistas. Em países como a Inglaterra já se fala em criminalizar grupos antifas sob a tipificação de terrorismo, algo que nos anos 2000 o mesmo país já havia feito com os movimentos antiglobalização.

Como conclui Bray, diante do atual avanço da *alt-right*, três coisas devem ficar explícitas para a luta antifascista: 1) que ela é uma luta cotidiana; 2) que a história da Europa é indefensável; 3) que a branquitude é indefensável. No Brasil, elas são mais que urgentes. A essas três, que fazemos coro, acrescentamos uma outra: é preciso abandonar o projeto moderno e sua fé humanista, nascido da escravidão espalhada pelos mares e da colonização das terras que receberam os nomes de Américas e África. Um passo adiante para repercutirmos as palavras escritas em 14 de dezembro de 2008, em meio as chamas anarquistas em Atenas, no documento redigido na Faculdade de Economia Ocupada em Atenas, sob o título *Vimos buscar o que é nosso*: “Se as lutas da modernidade não ensinaram alguma coisa não foi certamente a sua triste fixação num sujeito (a classe, o partido, o grupo), mas antes o seu processo sistematicamente anti-dialético: o ato de destruição não implica necessariamente uma dimensão de criação. Noutras palavras, a destruição do velho mundo e a criação de um novo implicam dois processos distintos, ainda que convergentes. A questão que se coloca é então que métodos de destruição do que existe podem ser desenvolvidos em diferentes pontos e momentos de uma insurreição”. Pois o fascismo, que ora retorna, nos impele a insurreição que deverá destruí-lo. Um exagero? Talvez. Mas se faz urgente retomar a atitude-reposta de Buenaventura Durruti, que já apareceu cravado como epígrafe deste livro, diante do jornalista que o perguntou se ele não tinha receio de destruir toda a cidade em sua luta contra o fascismo durante a Revolução Espanhola (1936), a qual ele respondeu mais ou menos assim: não tememos a ruína, tudo que você vê a sua

volta foi construído por nós, construiremos novamente, pois trazemos um mundo novo em nossos corações e ele cresce a cada dia.

¹ Professor no curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN - UNIFESP) e coordenador do LASInTec-UNIFESP (Laboratório de Análise em Segurança Internacional e Tecnologias de monitoramento www.lasintec.org). Pesquisador no Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária www.nu-sol.org). Autor de *Política e polícia: cuidados, controles e penalizações de jovens*, Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

² Mestre em Ciências Sociais (Política) pela PUC-SP e pesquisador no LASInTec-UNIFESP (Laboratório de Análise em Segurança Internacional e Tecnologias de monitoramento www.lasintec.org).

³ Nota do Editor.: <https://bit.ly/2WQOs7F>

INTRODUÇÃO

Eu gostaria que este livro não fosse necessário. Mas alguém decidiu incendiar o Centro Islâmico de Victoria, no Texas, apenas algumas horas após o governo Trump anunciar que começaria a banir mulçumanos.⁴ Poucas semanas depois de uma enxurrada de mais de cem propostas de leis anti-LGBTQ no início de 2017, um homem arrebentou a porta e invadiu a Casa Ruby, um centro jurídico para transgêneros em Washington, agredindo uma mulher trans enquanto gritava “Eu vou te matar, sua bicha!”. No dia seguinte a eleição de Donald Trump, estudantes latinos da escola secundária Royal Oak, em Michigan, foram levados às lágrimas por seus colegas de sala enquanto estes cantavam “Construa o muro!”. E então, em março, um veterano supremacista pegou um ônibus para Nova Iorque para “alvejar homens negros”, esfaqueando até a morte um morador de rua negro, chamado Timothy Caughman. Neste mesmo mês, uma dúzia de lápides foram derrubadas e desfiguradas no cemitério judeu Waad Hakolel, em Rochester, Nova Iorque. Entre os que descansam no cemitério Waad Hakolel está a prima da minha avó, Ida Braiman, fatalmente assassinada por seu patrão meses após ter desembarcado da Ucrânia nos EUA, enquanto estava em um piquete junto de outros trabalhadores judeus da indústria vestuária em 1913.

A recente onda de profanações em cemitérios judeus no Brooklyn, Filadélfia e outros lugares, ocorreu sob o governo Trump, cuja declaração sobre o Holocausto omitiu quaisquer referências aos judeus, cujo secretário de imprensa⁵ negou que Hitler tivesse enviado pessoas para as câmaras de gás, e cujo principal conselheiro era uma das figuras mais proeminentes da notória direita antissemita norte-americana. Como escreveu Walter Benjamin no apogeu do fascismo entre guerras, “*nem os mortos estarão a salvo do inimigo, caso ele vença*”.⁶

Apesar do ressurgimento da violência dos supremacistas brancos e dos fascistas pela Europa e EUA, muitos consideram que mortos e vivos estão a salvo por acreditarem que o fascismo está seguramente morto – para eles, o inimigo fascista perdeu definitivamente em 1945. Mas os mortos não estavam a salvo

quando o primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi relatou “passar um tempo” nas prisões de Mussolini como “férias” em 2003, ou quando o político francês Jean-Marie Le Pen do partido *Front National* (Frente Nacional) disse em 2015 que as câmaras de gás nazistas eram “um mero detalhe histórico”. Neonazistas que nos últimos anos lotaram os antigos guetos judeus em Varsóvia, Bialystok e outras cidades polonesas com seus grafites de “poder branco” sabem muito bem que suas cruces celtas visam tanto os mortos, quanto os vivos.

O antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot nos alerta que “... o passado não existe independente do presente... O passado – ou mais especificamente, o que passou – é uma posição. Portanto, de nenhuma forma nós podemos identificar o passado como passado”.⁷

Este livro leva a sério o terror trans-histórico do fascismo e o poder de conjurar os mortos a lutar novamente. Descaradamente, é um chamado *partisan* às armas que busca equipar uma nova geração de antifascistas com a história e teoria necessária para derrotar o ressurgimento da extrema-direita. Baseado em 61 entrevistas com atuais e antigos antifascistas de 17 países da América do Norte e Europa, ele procurará expandir nossa perspectiva geográfica e temporal para contextualizar a oposição a Trump e à extrema-direita dentro de um terreno de resistência muito mais amplo e abrangente. *Antifa – O Manual Antifascista* é a primeira história do antifascismo pós-guerra transnacional em inglês e a mais compreensível narrativa em qualquer língua. Seu argumento é de que o antifascismo militante é uma resposta razoável e historicamente informada à ameaça fascista que persistiu após 1945 e se tornou especialmente feroz nos últimos anos. Talvez você deixe esse livro de lado e não se torne um antifascista convicto, mas, pelo menos, terá entendido que o antifascismo é uma tradição política legítima que se desenvolveu a partir de um século de luta global.

O QUE É ANTIFASCISMO?

Antes de analisarmos o antifascismo, primeiro devemos examinar brevemente o fascismo. O fascismo é, talvez, mais que qualquer outro modo de política, notoriamente difícil de definir. O desafio

em definir o fascismo decorre do fato que ele “começa como um movimento carismático” unido por uma “experiência de fé” em oposição direta à racionalidade e às restrições padrões da precisão ideológica.⁸ Mussolini explicou que seu movimento não “parecia amarrado a qualquer forma doutrinária particular”.⁹ “Nosso mito é a nação”, afirmou ele, “e a esse mito, a essa grandeza, nós subordinaremos todo o resto”.¹⁰

Como argumenta o historiador Robert Paxton, os fascistas “rejeitam qualquer valor universal que não seja o sucesso dos povos escolhidos em uma luta darwiniana pela primazia”.¹¹ Até mesmo as plataformas partidárias que os fascistas propuseram no período do entre guerras eram geralmente distorcidas ou inteiramente descartadas quando as exigências da busca pelo poder faziam desses mesmos fascistas desconfortáveis companheiros dos conservadores tradicionais. A retórica fascista “de esquerda” sobre a defesa da classe trabalhadora contra a elite capitalista estava frequentemente colocada entre o primeiro de seus valores a ser descartado. No pós-guerra (Segunda Guerra Mundial), os fascistas experimentaram um leque de posições ainda mais vertiginosas, furtando livremente o maoísmo, o anarquismo, o trotskismo e ideologias à esquerda, ocultando-se em formas eleitorais “respeitáveis”, a exemplo do *Front National* francês e outros partidos.¹²

Concordo com o argumento de Angelo Tasca de que “para entender o fascismo, devemos escrever sua história”.¹³ Contudo, como essa história não será escrita aqui, uma definição terá que ser suficiente. Paxton define o fascismo como:

... uma forma de comportamento político marcado por uma preocupação obsessiva com o declínio, humilhação ou vitimização da comunidade e por cultos compensatórios à unidade, energia e pureza, nos quais um grupo de militantes nacionalistas comprometidos, trabalhando em colaboração incômoda, mas eficaz com as elites tradicionais, abandona as liberdades democráticas e persegue com violência redentora, sem restrições éticas ou legais, suas metas de limpeza interna e expansão externa.¹⁴

Quando comparado ao desafio em definir o fascismo, entender o antifascismo pode parecer uma tarefa fácil à primeira vista. Afinal, literalmente, é a simples oposição ao fascismo. Alguns historiadores usaram essa definição literal e minimalista para

descrever como “antifascista” uma ampla variedade de atores históricos, incluindo liberais, conservadores e outros que combateram regimes fascistas antes de 1945. No entanto, a redução do termo à mera negação obscurece a compreensão do antifascismo como um método de política, um lócus de auto identificação individual e de grupo, de um movimento transnacional que adaptou correntes socialistas, anarquistas e comunistas preexistentes a uma súbita necessidade em reagir à ameaça fascista. Essa interpretação política transcende a dinâmica de achatamento e redução do antifascismo à simples negação do fascismo, destacando suas bases estratégicas, culturais e ideológicas, das quais socialistas de todos os tipos emergiram.

No entanto, mesmo dentro da esquerda, debates foram travados entre muitos partidos socialistas e comunistas, ONGs antirracistas e outros que defendiam uma busca legalista por uma legislação antirracista ou antifascista e aqueles que defendiam uma estratégia de ação direta e confrontação para desestabilizar as organizações fascistas. Essas duas perspectivas nem sempre foram mutuamente exclusivas, e alguns antifascistas optaram pela última opção após o fracasso da primeira, mas, em geral, esse debate estratégico dividiu as interpretações à esquerda sobre o antifascismo.

Este livro explora as origens e a evolução de uma ampla corrente antifascista que existe na intersecção da política socialista mais geral e da estratégia de ação direta. Essa tendência é chamada de “antifascismo radical” na França, “antifascismo autônomo” na Alemanha, e “antifascismo militante” nos EUA, Reino Unido e Itália. Esses são os antifas de hoje (a abreviatura de antifascista em muitas línguas).¹⁵ No coração da visão antifascista está uma rejeição da frase liberal clássica atribuída a Voltaire de que “desaprovo o que você diz, mas defenderei até a morte seu direito de dizê-lo”.¹⁶ Depois de Auschwitz e Treblinka, os antifascistas se comprometeram a lutar até a morte contra a possibilidade de nazistas organizados falarem qualquer coisa.

Assim, o antifascismo é uma política nada liberal, é a revolução social aplicada ao combate à extrema-direita, não apenas aos fascistas literais. Como veremos, os antifascistas alcançaram esse objetivo de várias formas, desde cantar mais alto em comícios, ocupar os locais de reuniões fascistas antes que estes pudessem se

instalar, semear a discórdia em seus grupos por meio da tática de infiltração, e até romper qualquer véu de anonimato, para atrapalhar fisicamente suas vendas de jornais, manifestações e outras atividades. Os militantes antifascistas discordam das perseguições e proibições do Estado contra políticas “extremistas”, em razão de sua política revolucionária antiestatal, uma vez que tais proibições são frequentemente mais usadas contra a esquerda do que contra a direita.

Alguns grupos antifas são mais marxistas, enquanto outros são mais anarquistas e antiautoritários. Nos EUA, a maioria tem sido anarquista ou antiautoritário desde o surgimento da antifa moderna sob o nome de *Anti-Racist Action* (Ação Antirracista, ou ARA) no final dos anos oitenta. Até certo ponto, a predominância de uma facção sobre a outra pode ser percebida pelo logotipo na bandeira do grupo: se a bandeira vermelha está na frente do preto ou vice-versa (ou se ambas as bandeiras são pretas). Em outros casos, uma das duas bandeiras pode ser substituída pela bandeira de um movimento de libertação nacional ou uma bandeira negra pode ser emparelhada com uma bandeira roxa, para representar a antifa feminista, ou uma bandeira rosa para a antifa *queer* etc. Apesar de tais diferenças, os antifas que entrevistei concordaram que essas distinções ideológicas costumam ser incluídas em um acordo estratégico mais abrangente sobre como combater o inimigo comum.

No entanto, uma variedade de tendências existe dentro desse consenso estratégico mais amplo. Alguns antifas têm por foco destruir organizações fascistas, outros se concentram na construção do poder popular comunitário e na introdução da sociedade ao antifascismo através da promoção de sua visão política de esquerda. Muitas formações estão em algum lugar no meio desse espectro. Na Alemanha, na década de 1990, surgiu um debate no movimento antifascista autônomo sobre se a antifa era, principalmente, uma forma de autodefesa necessária por causa dos ataques da extrema-direita ou uma política holística, muitas vezes chamada de “antifascismo revolucionário”, que poderia formar a base de uma luta revolucionária mais extensa.¹⁷ Dependendo dos contextos locais e da política, a Antifa pode ser descrita como uma espécie de ideologia, uma tendência, ambiente, ou uma atividade de autodefesa.

Apesar dos vários tons de interpretação, a Antifa não deve ser entendida como um movimento único. Em vez disso, é simplesmente uma das várias manifestações da política socialista revolucionária (amplamente interpretada). A maioria dos antifascistas que entrevistei também dedica grande parte de seu tempo a outras formas de política (por exemplo, organizações de trabalhadores, ocupações, ativismo ambiental, mobilizações antiguerra ou trabalho solidário com imigrantes). De fato, a grande maioria prefere dedicar seu tempo a essas atividades mais produtivas do que arriscar sua segurança e bem-estar para confrontar neonazistas e supremacistas brancos. A Antifa age como um instrumento de autodefesa coletiva.

O sucesso ou fracasso do antifascismo militante depende, muitas vezes, de mobilizar uma camada mais ampla da sociedade para enfrentar os fascistas, como ocorreu tão notoriamente na Batalha de Cable Street,¹⁸ em Londres, em 1936, ou aproveitar de uma maior oposição social ao fascismo para afastar seus grupos e líderes emergentes.

No centro desse complexo processo de criação de opinião está a construção de tabus sociais contra o racismo, o sexismo, a homofobia e outras formas de opressão que constituem os alicerces do fascismo. Esses tabus são mantidos por meio de uma dinâmica que eu chamo de “antifascismo cotidiano” (Capítulo 6).

Finalmente, é importante não perder de vista o fato de que o antifascismo sempre foi apenas uma faceta de uma luta maior contra a supremacia branca e o autoritarismo. Em seu lendário ensaio de 1950, “Discurso Sobre o Colonialismo”, Aimé Césaire, escritor e teórico martinicano, argumentou convincentemente que o “hitlerismo” era repugnante para os europeus por causa da “humilhação do homem branco e do fato de [Hitler] aplicar à Europa procedimentos colonialistas que até então haviam sido reservados exclusivamente para os árabes da Argélia, os ‘coolies’ da Índia e os negros da África”.¹⁹ Sem diminuir de forma alguma o horror do Holocausto, até certo ponto podemos entender o nazismo como o colonialismo e o imperialismo que os europeus trouxeram de volta para casa. A dizimação das populações indígenas das Américas e da Austrália, as dezenas de milhões de pessoas que morreram de fome na Índia sob o domínio britânico, os dez milhões mortos pelo Estado Livre do Congo, do rei belga

Leopoldo, e os horrores da escravidão transatlântica são apenas uma pequena parte das mortes em massa e da dizimação social forjada pelas potências europeias muito antes da ascensão de Hitler.

Os primeiros campos de concentração (conhecidos como “reservas”) foram estabelecidos pelo governo norte-americano para aprisionar populações indígenas, pela monarquia espanhola para conter revolucionários cubanos na década de 1890, e pelos britânicos durante da Guerra dos Bôeres na virada do século. Bem antes do Holocausto, o governo alemão cometeu genocídio contra os povos Herero e Nama, do sudoeste da África, por meio de campos de concentração e outros métodos entre 1904 e 1907.²⁰

Por essa razão, é vital entender o antifascismo como um componente solitário de um legado maior de resistência à supremacia branca em todas as suas formas. Meu foco no antifascismo militante não pretende, de modo algum, minimizar a importância de outras formas de organização antirracista que se identificam com o anti-imperialismo, o nacionalismo negro ou outras tradições. Ao invés de impor uma estrutura antifascista a grupos e movimentos que se concebem de maneiras diferentes, mesmo que lutemos contra os mesmos inimigos com métodos semelhantes, irei me concentrar principalmente nos grupos que conscientemente se situam dentro da tradição antifascista.

Desde que a Segunda Guerra Mundial se tornou o emblemático drama moral do mundo ocidental, o antifascismo “histórico” conseguiu acumular um certo grau de legitimidade, apesar de ter sido ofuscado pelo papel definitivo dos exércitos aliados na derrota das potências do Eixo. Ainda assim, após a queda de Hitler e Mussolini, acredita-se que *razão de ser* do antifascismo tenha evaporado. Até certo ponto, essa rejeição ao antifascismo surgiu da tendência ocidental de interpretar o fascismo como uma forma extrema de “mal”, a qual qualquer um que abaixe sua guarda moral pode estar sujeito – em oposição à interpretação similarmente distorcida do bloco soviético sobre o fascismo como “a ditadura terrorista do mais reacionário... elementos do capital financeiro”.²¹ Depois que 1945 foi consagrado como a ruptura

terminal com um período aberrante de “barbárie”, essa interpretação individualista e moral do fascismo descartou a necessidade da existência de movimentos políticos para se oporem, de maneira vigilante, às organizações de extrema-direita.

Em outras palavras, uma vez que o fascismo foi entendido quase inteiramente em termos apolíticos e morais, qualquer semelhança de continuidade entre a política de extrema-direita e sua oposição ao longo do tempo foi rejeitada.

A história é uma tapeçaria complexa costurada por fios de continuidade e descontinuidade. Elementos de continuidade são enfatizados quando servem a interesses estabelecidos: a nação é eterna, o gênero é imutável, a hierarquia é natural. No entanto, elementos de descontinuidade são enfatizados na memória popular da luta social. Uma vez que os movimentos sociais e suas principais figuras conquistam poder suficiente para estabelecer sua legitimidade, seus legados históricos são destituídos de suas tendências radicais e embalsamados em um formol a-histórico descontextualizado.

Por exemplo, como organizador do *Occupy Wall Street* em Nova Iorque, achei difícil explicar aos jornalistas como o movimento era apenas uma extensão das políticas e práticas do *Global Justice Movement*,²² do movimento feminista, movimento antinuclear entre outros. Uma das conquistas mais importantes do *Black Lives Matter*²³ foi o grau em que seus organizadores conseguiram conectar suas lutas aos movimentos de libertação negra dos anos 60 e 70. De todas as lutas sociais recentes, o antifascismo enfrenta, talvez, o caminho mais difícil para se estabelecer como uma extensão com mais de um século de luta contra a supremacia branca, o patriarcado e o autoritarismo.

O antifascismo é muitas coisas, mas talvez, mais fundamentalmente, seja uma discussão sobre a continuidade histórica entre diferentes eras de violência da extrema-direita e as muitas formas de autodefesa coletiva que foram exigidas em todo o mundo ao longo do século passado.

Isso não quer dizer, no entanto, que o século passado do antifascismo tenha sido uniforme. O antifascismo no entre guerras diverge de maneiras importantes dos grupos antifas que se desenvolveram décadas depois. Conforme explico no Capítulo 1, dada a magnitude da ameaça fascista, o antifascismo deste

período era muito mais popular. Em parte, isso resultou de uma conexão mais forte entre o antifascismo militante e a esquerda institucional anterior a 1945, em comparação com o antagonismo entre a Antifa mais contracultural dos anos 80 e 90 e o antifascismo governamental “oficial”. Como veremos, as estratégias e táticas da Antifa no pós-guerra (explorada no Capítulo 2) foram amplamente calibradas para o ressurgimento de organizações fascistas em potencial, não apenas um partido de massas ascendente.

Mudanças culturais e avanços nas tecnologias de comunicação alteraram a forma como os antifascistas se organizam e se apresentam ao mundo. À nível material e cultural, o antifascismo funcionou e apareceu de formas diferentes em 1936 e 1996. Todavia, o compromisso antifascista de eliminar o fascismo por qualquer meio necessário conecta o italiano *Arditi del Popolo* do início da década de 1920 com os kickboxers skinheads anarquistas de hoje em dia.

Esse elemento de continuidade sustenta o antifascismo moderno. Nas últimas décadas, os antifas adotaram, conscientemente, os símbolos antifascistas do período entre guerras, como as duas bandeiras da *Antifaschistische Aktion*, as três flechas da Frente de Aço, e a saudação com o punho cerrado. Um jovem RASH (Red And Anarchist Skinheads) de Munique chamado Georg me explicou como é constantemente inspirado pela memória de figuras de resistência, como Hans Beimler, Sophie Scholl e Georg Elser, que, segundo ele, ainda assombram as ruas de sua cidade.²⁴ Não se pode nem passar por uma manifestação antifa em Madrid sem ouvir os slogans de 1930 “¡No Pasarán!” (Não passarão!) e “Madrid será o túmulo do fascismo!”. A organização partidária italiana ANPI reafirmou essa continuidade quando incluiu David “Dax” Cesare entre seus mártires antifascistas, depois de ter sido morto por neonazistas em 2003. O slogan “nunca mais” exige que reconheçamos que se não estivermos vigilantes, isso pode acontecer novamente. Impedir que isso aconteça, argumentam os antifascistas, exige que tiremos o antifascismo de sua gaiola histórica para que suas asas possam se abrir através do tempo e espaço.

Os historiadores desempenharam seu papel ao cimentar a divisão entre o antifascismo “heroico” do período entre guerras e

os grupos antifa “triviais” e “marginais” das últimas décadas. Além de alguns trabalhos sobre o antifascismo britânico nos anos 1970 e 80, os historiadores profissionais não produziram quase nada em inglês sobre os desdobramentos no pós-guerra.²⁵ A maioria esmagadora dos estudos sobre o antifascismo pós-guerra se concentrou nas questões de memória histórica e celebração, reforçando implicitamente a tendência de relegar as lutas contra o fascismo ao passado. Embora haja um corpo relativamente amplo de literatura em língua alemã sobre antifascismo na Alemanha do pós-guerra, e um punhado de estudos nacionais e teses acadêmicas sobre antifascismo na França, Suécia e Noruega em seus respectivos idiomas, até onde sei, o outro único livro sobre antifascismo pós-guerra transnacional foi publicado em italiano.²⁶

Antifa - O Manual Antifascista é, portanto, o primeiro livro a traçar os amplos contornos do antifascismo pós-guerra transnacional em inglês e o mais abrangente em seu alcance cronológico e escopo de exemplos nacionais em qualquer idioma. Dada a escassez de informações sobre o antifascismo do pós-guerra, fui forçado a confiar principalmente em artigos e relatos da imprensa tradicional e antifascista, e em entrevistas com atuais e antigos antifascistas. Uma razão para que tais estudos não tenham se materializado no passado é a relutância geral dos antifascistas em arriscar expor suas identidades falando com jornalistas e acadêmicos. A maioria dos militantes antifascistas opera em vários graus de sigilo para se proteger da reação fascista e policial. Minha capacidade de conduzir entrevistas com antifascistas norte-americanos e europeus dependia inteiramente das relações que estabeleci ao longo de mais de quinze anos como militante organizado. Minhas “credenciais” radicais permitiram que eu usasse redes antifascistas para falar, muitas vezes sob condição de anonimato, com 61 antifascistas: 26 de 16 estados americanos e 35 ativos no Canadá, Espanha, Reino Unido, França, Itália, Holanda, Alemanha, Dinamarca, Noruega, Suécia, Suíça, Polônia, Rússia, Grécia, Sérvia e Curdistão. Também entrevistei 8 historiadores, ativistas, ex-hooligans e outros, dos EUA e Europa, sobre o antifascismo em seus países. Todas as traduções são minhas, salvo quando indicado o contrário.

No entanto, não faço qualquer afirmação de que essa seja uma história abrangente ou definitiva do antifascismo em geral, nem do desenvolvimento desses movimentos nacionais em particular. Como isso não passa de uma história, é uma história impressionista que visa rastrear de forma concisa os temas amplos e os desenvolvimentos de 17 países ao longo de mais de um século por meio da costura de suas vinhetas particulares. Este objetivo mais modesto foi necessário não apenas pela relativa falta de fontes e trabalhos acadêmicos, mas também por um prazo apertado. Este livro foi pesquisado e escrito durante um período relativamente curto, a fim de disponibilizar suas contribuições o mais rápido possível, em meio ao clima tumultuado do início da Era Trump. Portanto, este livro é um exemplo de história, política e teoria em andamento.

Ele prioriza a necessidade imediata de disponibilizar as percepções e experiências de velhos e novos antifascistas de dois continentes durante os anos em que esperaremos por estudos mais abrangentes. Obviamente, tais trabalhos são vitalmente necessários e, com sorte, muitos serão escritos no futuro, eclipsando o que este livro tem a oferecer.

Embora os historiadores geralmente tentem preservar pelo menos uma fachada de neutralidade ao analisar seus sujeitos históricos, eu concordo com o historiador Dave Renton que “não se pode ser neutro quando se escreve sobre o fascismo, não há nada positivo a ser dito sobre isso”.²⁷ Deveríamos ser mais cautelosos com aqueles que são verdadeiramente neutros em relação ao fascismo do que aqueles que honestamente defendem sua oposição ao racismo, genocídio e tirania.

Por causa das restrições de tempo, tive que limitar o livro aos EUA, Canadá e Europa. É importante enfatizar que o antifascismo tem desempenhado um papel crucial nas lutas ao redor do mundo no último século. Antifascistas de todo o mundo viajaram para a Espanha para lutar nas Brigadas Internacionais. Hoje existem grupos antifas na América Latina, no leste da Ásia, na Austrália e em outros lugares. A minha escolha em omitir considerações sérias sobre esses grupos não deve ser interpretada como um deslize, mas sim como uma lamentável necessidade dada a falta de tempo e o fato de que, como historiador da Europa moderna,

eu me voltei para os conhecimentos e contatos que já havia estabelecido antes.

Além disso, meu tratamento dado à Europa inclina-se fortemente para a Europa Ocidental e Central, apesar de algumas das mais intensas lutas antifascistas dos últimos anos terem ocorrido no Leste Europeu. Mais uma vez, isso se dá pelo fato de que tenho mais contatos na Europa Ocidental e as informações que existem sobre o antifascismo da Europa Oriental em inglês estão fragmentados. Finalmente, meu foco é no antifascismo enquanto os regimes fascistas ou fascistóides não estão no poder (ou seja, a Itália antes de 1926, a Alemanha antes de 1933, a Espanha antes de 1939, etc.).

Obviamente, a resistência dos *partisans* dos anos 1940 e sua oposição armada a Franco nas décadas seguintes foram o epítome do antifascismo e merecem ser estudados. Dados os limites de tempo e espaço, priorizei a análise do antifascismo em seu estágio preventivo – isto é, quando o fascismo não tem a força total do Estado por trás dele –, porque essa é a situação em que os leitores se encontram hoje. Eu me arrependo dessas restrições e reforço esperançosamente que meus trabalhos futuros terão estruturas mais expansivas.

A Europa e os EUA testemunharam uma crise alarmante para a direita nos últimos anos em resposta à crise econômica de 2008, com as medidas de austeridade, as tensões de uma economia cada vez mais pós-industrial, mudanças culturais e demográficas, migração e a chegada de refugiados da Guerra Civil na Síria – conhecida como a “crise dos refugiados” pela direita europeia. Esses fatores fomentaram a ascensão de partidos de extrema-direita “respeitáveis”, como o francês *Front National*, o holandês Partido Para Liberdade, o Partido da Liberdade da Áustria, e organizações xenófobas, como o alemão Patriotas Europeus Contra a Islamização do Oeste, conhecido como PEGIDA. O Capítulo 3 discute sua ascensão e como eles se colocam como um desafio para a organização antifa.

No mesmo capítulo, discuto o desenvolvimento da *alt-right* (ou, direita alternativa) e as faíscas que políticas de extrema-direita despertaram durante a bem-sucedida candidatura de Donald Trump para a presidência dos EUA em 2016. Nos primeiros trinta e quatro dias após sua eleição, mais de 1.094 “incidentes de

preconceito” foram relatados, de acordo com o *Southern Poverty Law Center*. Os crimes de ódio aumentaram em 94% na cidade de Nova Iorque nos primeiros dois meses de 2017, em comparação ao mesmo período em 2016, com mais da metade tendo sido cometidos contra judeus. Mesquitas no Texas, Flórida e em outros lugares foram incendiadas. Esses ataques resultaram de um aumento no número de “grupos de ódio”, especificamente grupos antimuçulmanos, e “esforços sem precedentes” dos supremacistas brancos de recrutamento nos campi universitários.²⁸ E a lista continua. Embora a erradicação desse ódio reacionário exija uma organização em todas as frentes para projetar uma visão revolucionária alternativa, em curto prazo, os antifascistas estão entre os mais comprometidos com a eliminação de racistas, antissemitas e islamofóbicos. Como disse Walter Tull, cofundador da ARA (Ação Antirracista) de Montreal, “o trabalho dos antifascistas é fazer com que os fascistas tenham muito medo de agir publicamente e também atuar como alvos voluntários do seu ódio e ataques, o que pode impedi-los de queimar a mesquita mais próxima”.²⁹

Subtulei este trabalho como *O Manual Antifascista* porque é um livro de referência relativamente breve, esperançosamente útil, destinado a promover a organização contra o fascismo, a supremacia branca e todas as formas de dominação. Cabe ao leitor determinar a utilidade prática deste trabalho. No entanto, o mínimo de 50% dos direitos autorais irá para o Fundo de Defesa Antifascista Internacional, que é administrado por mais de 300 antifas de 18 países. Depois de escolher o subtítulo, fiquei sabendo que a London Gay Activist Alliance escreveu um panfleto chamado “Um Manual Antifascista” em 1979, em meio ao terror da Frente Nacional (*National Front*). O livro *Antifa* pretende carregar o legado de uma escrita antifascista informativa e espera impulsionar a publicação de manuais ainda mais antifascistas no futuro. Espero que a obra ajude e inspire aqueles que tomarão a luta contra o fascismo nos próximos anos, para que chegue o dia onde este livro não seja mais necessário.

⁴ Nota do Editor: Em setembro de 2017, Trump emitiu um decreto que proíbe a entrada de cidadãos de 7 países - sendo 4 deles de maioria muçulmana - em território norte-americano.

⁵ N. do E.: Sean Spicer, ex-porta-voz da Casa Branca, disse, em abril de 2017,

que Bashar al Assad era pior que Adolf Hitler porque este “não desceu tão baixo a ponto de usar armas químicas”.

⁶ Jim Malewitz, *Investigators: Fire that ravaged Victoria mosque was arson*, Texas Tribune, 8 de fevereiro de 2017: <https://www.texastribune.org/2017/02/08/investigators-fire-ravaged-victoria-mosque-arson/>; Mary Emily O'Hara, *Wave of Vandalism, Violence Hits LGBTQ Centers Across Nation*, NBC News, 13 de março de 2017: <http://www.nbcnews.com/feature/nbc-out/wave-vandalism-violence-hits-lgbtqcenters-across-nation-n732761>; *Build that wall! Latino school kids reduced to tears by classmates pro-Trump chant*, RT, 11 de novembro de 2016: <https://www.rt.com/viral/366540-build-that-wall-schoolchant/>; Shawn Cohen et al., *White supremacist accused of murder says he came to NYC to kill blacks*, New York Post, 22 de março de 2017: <http://nypost.com/2017/03/22/white-supremacist-says-he-killedman-because-he-was-black/>; Daniel J. Solomon, *Trump Doesn't Mention Jews in Holocaust Remembrance Day Message*, Fast Forward, 27 de janeiro de 2017: <http://forward.com/fast-forward/361425/trump-doesnt-mention-jews-in-holocaust-remembrance-daymessage/>; Walter Benjamin, *On the Concept of History*: <https://www.sfu.ca/~andrewf/CONCEPT2.html>.

⁷ Michel-Rolph Trouillot, *Silencing the Past* (Boston: Beacon, 2015), p. 15.

⁸ Emilio Gentile, “Fascism as Political Religion,” *Journal of Contemporary History* 25, no. 2/3 (May–June, 1990), p. 234.

⁹ Robert O. Paxton, *The Anatomy of Fascism* (New York: Vintage, 2004), p. 17.

¹⁰ Walter Laqueur, *Fascism: Past, Present, Future* (New York: Oxford University Press, 1996), p. 25.

¹¹ Paxton, *The Anatomy of Fascism*, p. 20.

¹² Alexander Reid Ross, *Against the Fascist Creep* (Oakland: AK Press, 2017); Don Hamerquist et al., *Confronting Fascism: Discussion Documents for a Militant Movement* (Chicago: ARA, 2002).

¹³ Angelo Tasca, *The Rise of Italian Fascism 1918–1922* (London: Methuen, 1938).

¹⁴ Paxton, *The Anatomy of Fascism*, p. 218.

¹⁵ Entrevista com Dominic; <http://scalp-reflex.over-blog.com/>. Eu não foco no movimento antirracista institucional de organizações como o *SOS Racisme* ou organizações antifascistas formais afiliadas com partidos políticos como o *Unite Against Fascism*. Sobre o movimento antirracista europeu: Stefano Fella and Carlo Ruzza eds., *Anti-Racist Movements in the EU* (New York: Palgrave Macmillan, 2013).

¹⁶ Voltaire nunca escreveu isso. Essa frase é de um livro de 1907 sobre ele. Roger Pearson, *Voltaire Almighty: A Life in Pursuit of Freedom* (New York: Bloomsbury, 2005), p. 409, 431.

¹⁷ Entrevista com Dominic, março de 2017.

¹⁸ N. do E.: A Batalha de Cable Street aconteceu no domingo, 4 de Outubro de 1936 na rua Cable Street no bairro East End de Londres. Foi um confronto entre a Polícia Metropolitana, protegendo a marcha de membros da União Britânica de Fascistas, liderada por Oswald Mosley, e vários contra-manifestantes locais antifascistas, incluindo judeus locais, socialistas, anarquistas e grupos comunistas. A maior parte dos manifestantes

Sébastien Faure conseguiu forjar convites para participar de uma reunião da “oposição” em um restaurante local de Marselha. Infelizmente, os que chegaram com os convites forjados foram impedidos de entrar, sendo obrigados a dar a volta e quebrar uma porta de vidro para conseguir invadir o restaurante e atrapalhar o processo.⁴¹

No ano seguinte, em 1899, Dreyfus foi absolvido, embora tivesse que esperar até 1906 para sua total exoneração. No entanto, as ligas anti Dreyfusianas, especialmente a *Action Française*, que o historiador Ernst Nolte argumenta ser “o primeiro agrupamento político a ter influência ou status intelectual que carregou traços inconfundivelmente fascistas”,⁴² conseguiram infundir o nacionalismo militarista com o populismo de rua, prenunciando o fascismo do próximo século, sendo um avanço marcante para as políticas de direita.

Enquanto Nolte cita a *Action Française* como o primeiro grupo proto-fascista, o historiador Robert Paxton argumenta que “o fascismo (entendido funcionalmente) nasceu no final da década de 1860 no sul dos Estados Unidos”⁴³ com o surgimento da Ku Klux Klan (KKK). Paxton aponta seus peculiares uniformes encapuzados, métodos de intimidação violenta e criação de redes alternativas de autoridade como uma reminiscência daquilo que se tornou o fascismo no século XX.⁴⁴ Em resposta à violência da Klan contra a participação negra na Liga Sindical e no Partido Republicano (e contra os negros mais amplamente) nas décadas de 1860 e 70, os membros da Liga boicotaram os *Klansmen*,⁴⁵ organizando grupos armados de autodefesa e, em alguns casos, até mesmo incendiando as plantações de antigos senhores de escravos.⁴⁶

Passando para a década de 1890, Ida B. Wells⁴⁷ lançou uma significativa campanha antilinchamento através de seu artigo “Liberdade de Expressão” e o inovador panfleto *Southern Horrors*.⁴⁸ Wells, que carregava uma pistola com ela para onde quer que fosse, defendeu ardentemente o direito à autodefesa negra. Quando um grupo de afro-americanos incendiou uma cidade de Kentucky em retaliação a um recente linchamento, ela escreveu que “eles mostram algumas faíscas de hombridade com seu ressentimento... Não até que o negro se levante em sua força e se

*image
not
available*

expansão culminou na formação de repúblicas soviéticas na Hungria em março e na Baviera em abril de 1919. O líder soviético Grigori Zinoviev estava tão otimista que observou: “Ninguém ficará surpreso se, no momento em que essas linhas aparecerem impressas, não termos apenas três, mas seis ou mais novas repúblicas soviéticas. A Europa está correndo em alta velocidade em direção à revolução proletária”.⁵⁵

O otimismo de Zinoviev se provou prematuro. As repúblicas soviéticas da Hungria e Baviera tiveram vida curta e no início da década de 1920, a maré revolucionária estava diminuindo. Há muitas razões para o fracasso do movimento revolucionário no pós-guerra, mas um dos mais importantes foi o predomínio geral da ala reformista do movimento socialista. Isso ficou mais claro ainda quando o líder socialista alemão da nova República de Weimar, Friedrich Ebert, enviou os *Freikorps*⁵⁶ para acabar com a revolta comunista espartaquista de janeiro de 1919. No processo, os *Freikorps*, compostos principalmente de veteranos da Primeira Guerra Mundial, assassinaram os líderes comunistas Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

Os amargos e sangrentos conflitos que dividiram o socialismo internacional depois da guerra representariam obstáculos formidáveis à conquista da unidade antifascista ao longo das décadas seguintes. Os comunistas revolucionários nunca perdoaram a “traição” social-democrata da revolução e os assassinatos de Luxemburgo e Liebknecht. Por outro lado, os sociais-democratas passaram a rejeitar o modelo bolchevique de ditadura revolucionária e se ressentiram com as tentativas comunistas de derrubar seus governos parlamentares. Essas queixas foram ainda mais acentuadas pelo mandato emitido no segundo congresso da nova Internacional Comunista (*Comintern* ou Terceira Internacional) em 1920 para que as correntes revolucionárias dos partidos se dividissem para formar novos partidos comunistas. Enquanto isso, os anarquistas, que haviam, em 1922, formado sua própria Associação Internacional de Trabalhadores anarcossindicalistas, representando mais de 2 milhões de trabalhadores em todo o mundo,⁵⁷ se opuseram ao reformismo social-democrata. Eles também protestaram contra os ataques bolcheviques de 1921 aos marinheiros de Kronstadt e o

*image
not
available*

infraestrutura da esquerda já havia sido destruída quando a organização foi formada e, principalmente, a incompetência da esquerda em cooperar entre si para a destruição de seu inimigo comum. Em janeiro de 1921, aqueles que tentaram seguir os passos de Lênin romperam com o PSI para formar o Partido Comunista Italiano (PCI), acreditando que o país estava prestes a uma revolução. Essa cisão não apenas dividiu socialistas entre duas correntes, mas reduziu seu poder acumulado – a lista de filiados do PSI antes do racha era de 216 mil, sendo reduzida a um total de 100 mil filiados para ambas as partes. Enquanto o centro e a direita do novo PCI procuraram trabalhar com os socialistas de esquerda, a ala da esquerda do partido, agrupada em torno de Amadeo Bordiga, recusou qualquer cooperação com o PSI. Além de que, vários meses após a formação do *Arditi del Popolo*, o PSI retirou seu apoio após a assinatura do Pacto de Pacificação⁶⁷ com Mussolini, ao mesmo tempo que o Partido Comunista retirou seus membros do *Arditi*, passando acusar a organização de fazer parte de uma “manobra burguesa”. Membros da base de ambos os partidos continuaram com os *Arditi*, mas as únicas instituições de esquerda a manterem seu apoio à luta armada foram a *Unione Anarchica Italiana* e a anarcossindicalista *Unione Sindicale Italiana*.⁶⁸ Além dos *Arditi*, coalizões de trabalhadores organizaram uma série de ataques antifascistas ao longo de 1922, incluindo uma tentativa de greve geral da Aliança do Trabalho em 31 de julho. O PSI, no entanto, desencorajou a organização de greves locais em favor de uma greve geral estritamente legal que seria orquestrada. Entretanto, a violência fascista esmagou a tentativa de greve geral antes que pudesse ganhar um *momentum*.⁶⁹

Em 1924, Mussolini relembriaria a “Marcha sobre Roma” no final de outubro de 1922, quando chegou ao poder, como “um ato insurrecional, uma revolução... uma violenta tomada de poder”.⁷⁰ Essa interpretação reforçava a imagem do valor marcial que ele procurava cultivar, mas não se assemelhava nem um pouco à forma mundana que efetivamente se deu sua ascensão. O descontentamento das elites após a guerra foi suficiente para que o primeiro-ministro liberal Giovanni Giolitti fizesse vista grossa para os camisas negras aterrorizando sindicalistas, grevistas e políticos de esquerda, inserindo-os inclusive à sua coligação para as eleições de maio de 1921, onde ganharam 36 das 120 cadeiras

*image
not
available*

Nesse ponto, os socialistas e os comunistas estavam muito mais preocupados uns com os outros do que com a formação paramilitar que se mostraria a mais importante de todas: as *Sturmabteilung* (Tropas de Assalto, ou SA) do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*, ou NSDAP) de Adolf Hitler. Quando Hitler formou seu novo partido fora do Partido Trabalhista Alemão de direita, ele não trouxe nenhuma inovação à ideologia de direita existente.⁸⁷ A mistura de militarismo, tradicionalismo, hipertrama, antissemitismo e antimarxismo que ele colocou em um quadro social darwinista de luta nacional e racial foi apenas uma corrente particularmente virulenta do principal pensamento de extrema-direita da época. Até a própria suástica já era quase um pré-requisito para os *völkisch* [grupos populistas de direita] antes de Hitler adotá-la como logotipo do novo partido em 1920. No entanto, ele modernizou esse antigo símbolo “ariano”, engrossando-o de acordo com as novas tendências gráficas da publicidade.⁸⁸ Esse é um exemplo de como Hitler reinventou as ideias e símbolos da direita por meio de imagens, oratória e organização.⁸⁹

Hitler também reinventou a política de direita através da violência. As tropas de choque nazistas (abreviação de *Nationalsozialistische*) não apenas imitaram os camisas negras de Mussolini usando suas distintivas camisas marrons, mas também combinavam com a brutalidade de suas contrapartes italianas. Em março de 1927, um grupo de várias centenas de SAs encontrou duas dúzias de membros da orquestra comunista da RFB e um político comunista que por acaso estava a bordo do mesmo trem com destino a Berlim. Quando a RFB os saudou com o punho cerrado, os nazistas “consideraram isso uma provocação”, como recorda um nazista:

Em cada uma das estações da viagem, nós lançamos uma saraivada de pedras no vagão comunista. Todas as pedras acertavam o alvo, já que o vagão da quarta classe não tinha divisões laterais e seus ocupantes estavam amontoados. Num instante, o painel de vidro foi quebrado. De pé nos degraus do vagão, tentamos forçar nossa entrada durante a viagem. Do telhado, colocamos um mastro através das janelas e causamos muitos ferimentos.⁹⁰

*image
not
available*

depois. Para a consternação da ala militar do partido, a liderança do KPD repudiou publicamente esses ataques.¹⁰⁵

Debates semelhantes ocorreram dentro do movimento anarquista alemão. Embora em menor escala que seus pares comunistas e socialistas, a tropa de ação direta anarquista alemã *Schwarze Scharen* (Rebanho Preto, ou Tropas Pretas) foi fundada em 1929 para proteger as reuniões do sindicato anarcossindicalista União dos Trabalhadores Livres da Alemanha (FAUD) e da Juventude Anarquista. Vestidos inteiramente de preto e com boinas combinando, os *Schwarze Scharen* adicionaram uma propaganda criativa a suas brigas de rua com os nazistas, que incluía teatro de marionetes, música e teatro de rua. (Os comunistas e socialistas também tinham coros, teatros e várias formas de *agitprop*). Embora suas fileiras nunca excedessem as centenas, em algumas cidades eles representavam a principal oposição antifascista.

Não obstante, seus métodos de enfrentamento sofreram forte oposição por alguns dos sindicalistas anarquistas da FAUD. À medida que a atmosfera política se intensificava, o grupo começou a armazenar explosivos. Em maio de 1932, com base na dica de um informante, seu esconderijo foi invadido pela polícia. As prisões subsequentes a essa descoberta, em paralelo com a ascensão de Hitler ao poder, selaram o destino do grupo.¹⁰⁶

O escopo de violência só aumentou com o passar dos anos. Segundos seus próprios relatos, de 1930 a 1932, 143 nazistas foram mortos na violência, enquanto os comunistas perderam 171 membros. Embora os nazistas tenham atacado mais os comunistas que os socialistas, as mortes socialistas também aumentaram.¹⁰⁷

A crescente violência e agitação política levou a organização paramilitar republicana/socialista *Reichsbanner* a propor a criação de uma “Frente de Aço” contra o fascismo com o SPD e várias organizações trabalhistas em dezembro de 1931. Além da necessidade de responder mais vigorosamente ao nazismo, a iniciativa reconheceu que a mudança por decreto para um “governo presidencial” em 1930, que drenou o conteúdo democrático de Weimar, exigia uma maior atenção à política de rua. O SPD também estava ansioso para desviar a atenção da sua relutante aceitação ao quarto decreto emergencial do chanceler Brüning, que havia cortado salários e gastos sociais. Enquanto a

criar uma presença pública em meio a problemas contínuos e constantes ataques a seus membros. Em uma reunião em Glasglow, a polícia teve que se apressar para escoltar Mosley em segurança, depois que ele foi agredido com pedras e lâminas de barbear. Enquanto o *Labour Party*¹²⁶ e o Congresso Sindical dos Trabalhadores (TUC) condenaram a violência, suas bases estavam bem representadas entre os desregrados.¹²⁷

A organização de Mosley, a BUF, encontrou uma resposta semelhante. Quando a BUF começou a se organizar no West End de Londres em 1933, os judeus do East End decidiram acabar com eles. Em 30 de abril de 1933, apenas meses após a ascensão de Hitler ao poder, um grupo de mil judeus cantando “Abaixo os nazistas, abaixo os hitleristas!” colocou membros do BUF que estavam panfletando para correr. Seis judeus foram presos, alguns dos quais haviam “espancado seriamente” os fascistas.¹²⁸ Temendo a ascensão do fascismo, os judeus britânicos formaram várias organizações como a *Zionist League of Jewish Youth*¹²⁹ e a *Jewish United Defense Association*,¹³⁰ puramente dedicadas à autodefesa. Da mesma forma, em 1936, veteranos judeus formaram o *Ex-Servicemen’s Movement Against Fascism*¹³¹ (EMAF) “para atacar o fascismo em suas fortalezas”, e depois a Legião dos Camisas Azuis e Brancas, que aterrorizavam tanto os fascistas que estes se referiam a eles como as “Tropas de Choque Judaicas”. Uma divisão geracional caracterizou as respostas à violência antifascista. Os judeus mais velhos tendiam a criticar aqueles que estavam “copiando a violência nazista que tanto odiamos e desprezamos”. Em vez disso, acreditavam que o objetivo era “mostrar ao mundo que o judeu pode ser um cidadão tão bom quanto qualquer outra pessoa”. Judeus mais jovens tendiam a responder que “os punhos podem ser colocados em melhor serviço do que canetas”.¹³²

Outros judeus se organizaram contra o fascismo no Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB), mesmo que não se alinhassem inteiramente com suas ideias, os comunistas eram ditos “os únicos que tentavam levar a luta até os fascistas”.¹³³ Isso era uma meia verdade, já que o *Independent Labour Party*¹³⁴ mudou para uma posição combativa depois de inicialmente realizar debates conjuntos com o BUF. E outros grupos de esquerda menores, como a *Socialist League*¹³⁵, eram igualmente

*image
not
available*

Os ilustres voluntários estrangeiros de Mussolini, conhecidos como o *Corpo Truppe Volontarie* (CTV), foram atingidos. Literalmente. Depois de uma bem-sucedida explosão *Schwertpunkt*¹⁴⁷ realizada pelas linhas republicanas ao norte de Madrid, no estilo da futura blitzkrieg nazista, o altamente mecanizado CTV avançou mais rápido do que suas linhas de suprimento podiam manter e foi atingido por uma tempestade de neve e granizo. Congelados em seus uniformes tropicais, frustrados com a falta de refeições e bebidas quentes,¹⁴⁸ soldados italianos começaram a ouvir mensagens transmitidas pelos alto-falantes através das linhas inimigas:

Italianos, filhos da nossa terra! Vocês foram enviados para cá, enganados por uma falsa propaganda ou impulsionados pela fome e pelo desemprego. E, sem querer, vocês se tornaram os executores do povo espanhol... Venham para nossas fileiras: estas são as fileiras dos defensores do povo, da civilização e do progresso. Nós abrimos nossos braços para vocês: venham conosco. Os voluntários do Batalhão Garibaldi.¹⁴⁹

Após anos de exílio, os antifascistas italianos do Batalhão Garibaldi finalmente ficaram frente a frente às legiões do “Il Duce” para combate aberto, nas planícies e colinas de Castilla-La Mancha, fora de Guadalajara.

Era março de 1937 e a Guerra Civil Espanhola estava em fúria. O general Francisco Franco, líder da rebelião militar que irrompeu contra a Segunda República Espanhola em julho de 1936, estava cada vez mais desesperado para conquistar a capital e legitimar sua autoridade. Ainda assim, a defesa de Madrid se provou muito mais resiliente do que ele jamais imaginara. “¡No Pasarán!”, gritavam as pessoas. Eles não passariam. Para virar a maré, Franco convocou as forças que Mussolini, assim como Hitler, enviara à Espanha em violação direta ao acordo de neutralidade com a França e Grã-Bretanha, que observavam tudo conscientemente.

Para alcançar a glória na Espanha, Mussolini equipou uma força de 35 mil homens com 250 tanques, sendo 180 de artilharia, e quatro companhias de metralhadoras motorizadas. Era a “força

*image
not
available*

“Stalin, de fato, enganou a República em negociatas com armas em milhões de dólares... por meio de uma artimanha secreta na contabilidade”. Além disso, “muitos dos itens fornecidos eram antigos e inutilizáveis”. Como o México era o único outro país a fornecer apoio material à República, Stalin podia, segundo esses historiadores, usar sua “ajuda como chantagem virtual” para essencialmente “assumir e administrar a economia espanhola, o governo e as forças armadas”.¹⁶⁵

Enquanto isso, em casa, o “Grande Expurgo” soviético estava em andamento. Ao longo de vários anos, qualquer líder soviético que pudesse desafiar o poder de Stalin foi forçado a confessar pertencer ao “Centro Terrorista Trotskista-Zinovievista” ou algum outro plano enquanto “outros milhões foram presos e centenas de milhares mortos após julgamentos a portas fechadas”.¹⁶⁶

O expurgo se estendeu até a Espanha, onde a unidade de inteligência militar soviética (GRU) e a polícia secreta (NKVD) cometeram assassinatos e sequestros de importantes esquerdistas anti-stalinistas que muitas vezes eram colocados em prisões secretas.¹⁶⁷ A manifestação mais visível desse conflito interno na esquerda foi o confronto de rua no dia 1º de maio de 1937, quando a polícia catalã, apoiada pelos comunistas, tomou a central telefônica de Barcelona, que estava sob controle anarquista. O que se seguiu foram 4 dias de combates enquanto a anarquista CNT e o trotskista POUM tentavam defender os ganhos de sua revolução dos ataques da polícia e das unidades comunistas armadas. Em última análise, a liderança da CNT negociou o fim do conflito a fim de evitar a eclosão de uma guerra civil dentro da guerra civil. Esse confronto representou o fim de qualquer unidade antifascista de esquerda que porventura existisse nos primeiros meses da guerra. Depois de lutar pelo POUM durante os dias de maio, Orwell fugiu da Espanha, não para escapar dos fascistas, mas para fugir dos comunistas que o tinham rotulado junto a seus camaradas como “Trotskistas-Fascistas”.¹⁶⁸

Tudo isso para dizer que o antifascismo espanhol era uma colcha de retalhos desigual de transcendente unidade e profundo conflito sectário. Fundamentalmente, a harmonia ilusória da Frente Popular foi fraturada por interpretações rivais de revolução e antifascismo. Franco colheu os espólios dessa

*image
not
available*

- ⁷⁵ Ceplair, *Under the Shadow of War*, p. 26–27.
- ⁷⁶ Martin Clark, *Mussolini* (London: Routledge, 2016), Capítulo 4.
- ⁷⁷ De Grand, *Italian Fascism*, p. 55.
- ⁷⁸ Clark, *Mussolini*, Capítulo 4.
- ⁷⁹ Rivista Anarchica, *Red Years, Black Years*, p. 7–8.
- ⁸⁰ Detlev Peukert, *The Weimar Republic: The Crisis of Classical Modernity* (New York: Hill & Wang, 1989), p. 276.
- ⁸¹ Eric Weitz, *Weimar Germany: Promise and Tragedy* (Princeton: Princeton University Press, 2009), p. 91.
- ⁸² Richard J. Evans, *The Coming of the Third Reich* (New York: Penguin, 2003), p. 73.
- ⁸³ N. do T.: Aliança dos Combatentes da Frente Vermelha.
- ⁸⁴ N. do T.: Liga de Soldados Vermelhos.
- ⁸⁵ N. do T.: Centenas de Proletários.
- ⁸⁶ Peter M. Merkl, *Political Violence Under the Swastika: 581 Early Nazis* (Princeton: Princeton University Press, 1975), p. 140; Benjamin Ziemann, *Contested Commemorations: Republican War Veterans and Weimar Political Culture* (Cambridge: Cambridge University Press, 2013), p. 15.
- ⁸⁷ Weitz, *Weimar Germany*, p. 98.
- ⁸⁸ Sherwin Simmons, “‘Hand to the Friend, Fist to the Foe’: The Struggle of Signs in the Weimar Republic,” *Journal of Design History* 13, no. 4 (2000): p. 324–325.
- ⁸⁹ Weitz, *Weimar Germany*, p. 98.
- ⁹⁰ Thomas Friedrich, *Hitler’s Berlin: Abused City* (New Haven: Yale University Press, 2012),
- ⁹¹ Friedrich, *Hitler’s Berlin*, p. 100–101; Daniel Siemens, *The Making of a Nazi Hero: The Murder and Myth of Horst Wessel* (London: I. B. Tauris, 2013), p. 67.
- ⁹² Eve Rosenhaft, *Beating the Fascists? The German Communists and Political Violence 1929–1933* (London: Cambridge University Press, 1983), p. 7.
- ⁹³ Kevin McDermott and Jeremy Agnew, *The Comintern: A History of International Communism from Lenin to Stalin* (New York: St. Martin’s Press, 1997), p. 31.
- ⁹⁴ Rosenhaft, *Beating the Fascists?*, p. 31.
- ⁹⁵ Ceplair, *Under the Shadow of War*, p. 49.
- ⁹⁶ *Ibid.*, p. 52.
- ⁹⁷ Rosenhaft, *Beating the Fascists?*, p. 34.
- ⁹⁸ N. do E.: O “Putsch da Cervejaria” foi uma tentativa falhada de golpe de Estado de Adolf Hitler e do Partido Nazista contra o governo da região alemã da Baviera, ocorrido em 9 de novembro de 1923. O objetivo de Hitler era tomar o poder do governo bávaro. A ação foi controlada pela polícia bávara, sendo que Hitler e vários correligionários foram presos.
- ⁹⁹ Joachim E. Fest, *The Face of the Third Reich: Portraits of the Nazi Leadership* (New York: Da Capo, 1999), p. 32.
- ¹⁰⁰ N. do T.: A Bandeira Vermelha.
- ¹⁰¹ Rosenhaft, *Beating the Fascists?*, p. 64.
- ¹⁰² *Ibid.*, p. 74.
- ¹⁰³ *Ibid.*, p. 127.